



Anais da Assembléia

N.º 132

CURITIBA, QUARTA-FEIRA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 123.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1984.
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu França e Amélia Hruschka.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagnão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nilso Sguarezzi (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs DTL/161, 162, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, e 186/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos

de Lei sob os n.ºs 103/84, 29/84, 84/84, 101/84, 102/84, 116/84, 113/84, 134/84, 221/83, 105/84, 109/84, 77/84, 73/84, 76/84, 127/84, 59/84, 133/84, 155/84, 129/84, 224/84 e 34/84, os quais convertidos em Lei tomaram os n.ºs 7939, 7940, 7942, , 7943, 7944, 7945, 7946, 7947, 7948, 7949, 7950, 7951, 7952, 7953, 7954, 7955, 7957, 7958, 7959, 7960 e 7961.

Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO para os Projetos de Lei n.º 331, 312, 334 e 281, todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta Data.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei Complementar n.º 331/84 e o Projeto de Lei n.º 281/84, aprovados em 3.ª Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações, bem como o Projeto de Lei n.º 334/84.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALTÉRIO SORDI, ocorrido dia 1.º de dezembro.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Muito deve Cascavel ao trabalho incansável e a fé inabalável dos pioneiros que a construíram.

O Senhor ALTÉRIO SORDI foi um deles e teve sua vida marcada pela perseverança, servindo de exemplo a outras gerações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

consignado na ata dos trabalhos da sessão plenária, um voto de congratulações ao jornal "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu, pelo seu 4.º ano de aniversário.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações pela criação do SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS. (Analistas de Sistema, Programadores, Operadores de Computador, Perfuradores e Digitadores) do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Os Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Paraná já constam em quase 6000. Portanto, devido ao seu número e importância, nada mais justo do que se ter um Sindicato para encaminhar as reivindicações da categoria, que, sem dúvidas, é a que mais está se expandindo em nosso País.

As principais bandeiras de luta empunhadas pelo recém criado sindicato são: melhores condições de trabalho e piso salarial.

Portando, resta-nos apoiar esta iniciativa, para que, a partir daí, tenhamos um Sindicato forte e que encaminhe as questões maiores da categoria, que tão importante papel desempenha ao seio da sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado BASÍLIO ZANUSSO, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação do Estado, ofício solicitando a criação de Curso de Ensino do 2.º Grau, no Município de Paranapoema.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paranapoema, destacado produtor de amendoim e de soja, além de possuir um rico e numeroso rebanho de gado vacum, é o único município integrante da comarca de Paranaity que não conta, ainda, com o curso de ensino oficial do 2.º Grau.

Estão cursando atualmente a 8.ª série do 1.º Grau, aproximadamente sessenta (60) alunos, somando-se a mais oitenta (80) jovens que freqüentam as escolas do 2.º Grau do Município de Itaguapé. Logo, fácil é

concluir-se pela justeza do atendimento dessa antiga reivindicação da população de Paranapoema.

É oportuno, Senhor Presidente, lembrar que a cidade dispõe de um notável prédio escolar onde funciona a Escola Estadual Lisymaco Ferreira da Costa, contendo 08 salas de aula e mais as dependências necessárias, ensejando, assim, que o futuro funcionamento de um curso do 2.º Grau seja sobejamente acolhido naquele prédio, dispensando o Estado de qualquer despesa em obra física.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Telepar, solicitando a instalação de um Posto de Serviço Telefônico na sede do Distrito de Serra Negra, Município de Guarapuçaba, tendo em vista as dificuldades nas comunicações por parte dos moradores e produtores locais.

A medida é proposta também pela Associação dos Moradores e Amigos de Serra Negra, Assungui e Bananal, através do seu Presidente, Vereador Frederico Rederd e pela Câmara Municipal de Guarapuçaba, de seu Presidente, Vereador Antonio Felício Ramos e de seu Secretário, Vereador Eraldo M. do Nascimento.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Segurança Pública, dirigindo-lhe apto no sentido de ser construído um edifício para abrigar a Delegacia de Polícia e de um Departamento Policial no Distrito de Serra Negra, Município de Guarapuçaba.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sanepar, solicitando os estudos que se fizerem necessários, para a ampliação do micro sistema de água do Distrito de Serra Negra, Município de Guarapuçaba, de modo a serem atendidas mais 30 famílias e a Igreja Adventista local. A reivindicação, articulada pela Associação dos Moradores e Amigos de Serra Negra, Assungui e Barranal, através do seu Presidente, Vereador Frederico Rederd e pela

Câmara Municipal de Guaraqueçaba, através do seu Presidente, Vereador Antonio Felício Ramos e Secretário, Vereador Eraldo do Nascimento, constitui-se em fator importantíssimo para a saúde do povo que ali vive e trabalha.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de estabelecer intercâmbio entre o Badep, e Banestado e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais;

Considerando os interesses comuns dos governos dos Estados no desenvolvimento harmônico do povo paranaense e matogrossense do sul;

Considerando a identidade econômica existente entre o PARANÁ e MATO GROSSO DO SUL, Estados preponderantemente agrícolas;

Considerando a vinculação existente entre as duas economias, proporcionada pela imigração do paranaense para as terras irmãs de Mato Grosso do Sul;

Considerando que necessitamos apoiar o paranaense onde quer que desloque sua ação, visando fortalecer, principalmente o parque agroindustrial paranaense;

Considerando a possibilidade de utilização cada vez maior, da malha rodoviária e da infraestrutura portuária do Paraná, pelo Estado de Mato Grosso do Sul, visando esforço nacional de exportação;

Considerando que Mato Grosso do Sul não possui ainda o seu Banco Comercial Estadual, nem seu Banco de Desenvolvimento;

Considerando o potencial já demonstrado pelo Badep e Banestado, estando os mesmos entre as melhores instituições financeiras do País;

Considerando que este potencial pode, além de servir ao Paraná, apoiar o crescimento de Mato Grosso do Sul;

REQUER, ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador José Richa, no sentido de proceder aos estudos necessários para:

- oferecer os serviços do Badep ao Governo do vizinho Estado de Mato Grosso do Sul;

- oferecer a experiência do Badep e do Banestado para auxiliar na criação de um banco de desenvolvimento e de um banco comercial no Estado do Mato Grosso do Sul.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma ao Senhor Governador do Estado do Mato Grosso

do Sul - Doutor WILSON BARBOSA MARTINS; ao Senhor Diretor Presidente do Badep - Doutor MARTINHO FAUST; e ao Senhor Diretor Presidente do Banestado - Doutor JOSÉ CARLOS CAMPOS HIDALGO.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, após, ouvido o Douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Nestor Jost e concomitantemente, ao Excelentíssimo Senhor Diretor da CACEX (Câmara do Comércio Exterior), Luiz Carlos Viacava, encarecendo dos mesmos um estudo profundo, no sentido de analisar e reconsiderar a atitude tomada recentemente em importar a matéria prima têxtil, (RAMI) da China.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Por ser este Parlamentar representante de uma região onde a ramicultura envolve um complexo sócio-econômico para o Estado do Paraná, estranhou a atitude descabida dos órgãos envolvidos no assunto do requerimento, pois que tal atitude, até agora inexplicável, veio trazer ao Paraná prejuízos de monta incalculável. Se não, vejamos:

O Brasil e, principalmente o nosso Estado é um dos maiores produtores de rami do mundo, pois temos ciência de que, além de abastecer o nosso mercado interno com a rama têxtil ainda, tem ou tinha como importadores um volumoso mercado externo, quer seja Estados Unidos, Alemanha, Itália, Inglaterra e, pasmem, um país Oriental, o Japão.

A importação inicialmente prevista de 750t., veio ocasionar um problemas sócio-econômico entre os agricultores e as famílias que da ramicultura dependem.

Analisando o aspecto econômico:

- O ano passado, os ramicultores chegaram a conseguir Cr\$ 2.400 por quilo da rama, o que contrabalanceava o seu custo de produção que atinge aproximadamente Cr\$ 2.200 o quilo, acumulando-se o alto custo de financiamento bancário e os insumos necessários para a manutenção da safra.

E com a atual importação, além de descapitalizar o ramicultor, o quilo da rama está sendo comercializado por Cr\$ 1.400 o quilo.

Analisando o aspecto social:

- Milhares de forças de trabalho, que encontram no corte e no manuseio do rami, o sustento para suas famílias estarão sem emprego, pois outras culturas que são me-

canizáveis independentem da massa trabalhadora.

Analisando o aspecto de conservação do solo:

- O rami, principalmente do Norte Velho do Paraná, com sua plantação extensiva controla e evita a erosão desenfreada que assola o nosso Paraná, e ainda mais, por não ter raízes pivotantes e sim auxiliares, não desgastam a terra como as outras culturas conhecidas em nosso Brasil.

Face ao exposto e ainda mais por brasilidade e por paranismo, encarecemos dos competentes órgãos a reconsideração da atitude.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Deputado Oswaldo Trevisan, à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Saúde de Câmara Federal, manifestando a preocupação desta Assembléia Legislativa diante do projeto de lei que visa outorgar a proprietários de farmácia o direito da responsabilidade técnica, normalmente adquirido o exercício por graduados em curso superior de Farmácia, nos termos de legislação vigente.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do projeto de lei acima refetido suscitou compreensível indignação à classe farmacêutica, à qual com muita honra pertence o subscritor deste requerimento, bem como aos estudantes das numerosas faculdades e escolas de farmácia existentes em nosso País.

Tal reação se prende ao fato de ser o farmacêutico figura importantíssima para a preservação de saúde ou da recuperação da mesma. Para isso seu preparo técnico e científico, adquirido com muitos esforços e despesas, é imprescindível e peculiar. O reconhecimento de Anatomia, Fisiologia, Química Orgânica, Inorgânica e Analítica, Bioquímica, Farmacotécnica, Farmacognosia, Físico Químico, Toxicologia, citando algumas de cadeiras do rico currículo, não se adquire pelo simples atendimento de pessoas ou pelo manuseio de drogas ou medicamentos.

Embora os méritos reconhecidos dos proprietários de farmácia na gerência dos negócios, a atividade farmacêutica não pode ser confundida com a de simples comércio. É, enfim, a vida e a saúde de pessoas que estão em jogo quando se colocam em uso substâncias as mais variadas.

Se alguns profissionais não estão conscientes dos seus deveres profissio-

nais, cabe adverti-los, se for o caso. O que não se justifica é a tentativa de atingir toda a classe pela omissão de poucos.

Equiparar os direitos de pessoas que não se submeteram a estudos especializados nem tampouco foram avaliados por autoridades do ensino, como por "Passe de mágica" aos de quem por longos quinze anos cumpriram todas as exigências para serem habilitadas ao exercício profissional é reduzir ou desprezar os legítimos direitos adquiridos por estes e ao mesmo tempo desmerecer o processo educacional.

Certamente o eminente autor apresentou o projeto - como já outros anteriormente fizeram - na melhor das intenções. A uma análise mais profunda do mesmo, entretanto, ficará evidente que se a tese for válida para provisionar proprietários de farmácias também será para habilitar proprietários de hospitais ao exercício da medicina ou titulares de empresas de construções ao desemprego da profissão de arquitetura ou engenheiro, o que seria inaceitável na necessária ordem social econômica e cultural.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 368/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor GARIBALDI DUARTE REALE.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Originário das primeiras gerações de paranaenses que povoaram o Norte Pioneiro, Garibaldi Duarte Reale nasceu no Município de Jacarezinho, em 07 de abril de 1908. Filho de Pascoal Reale e Emilia Duarte, criou-se naquela região do Estado e, por força das circunstâncias imperantes à época, fez seu estudos no vizinho Estado de São Paulo, quando chegou a formar-se pela Escola de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba. Durante esse período, participou das Revoluções de 1930 e 1932, quando lutou pela reconstitucionalização do País. Após a conclusão de seu Curso Superior, voltou a Jacarezinho, e desde então dedicou sua vida à agricultura.

Casou-se com Dona Irma Giovannetti Reale em abril de 1937, e tem duas filhas: Célia Regina Reale Nogueira, casada com o Coronel Bussy Clésio Nogueira; e dois netos: Maurício Reale Nogueira e Sérgio Reale Nogueira; e Myryam Reale Carstens,

casada com Milton Julio Carstens; e três netos: Milton Reale Carstens Filho, Eduardo Reale Carstens e Izabel Reale Carstens.

Homem apegado à terra, Garibaldi Reale dedicou sua vida à agricultura, lutou por ela e por seus problemas, tendo fundado, nos idos de 1942, a Associação Rural de Santo Antonio da Platina, umas das primeiras entidades classistas de nosso Estado.

Fundou também a União das Entidades Rurais do Norte do Paraná, no ano de 1944, para poder imprimir um maior impulso às reivindicações das classes rurais. Foi fundador da Associação Paranaense de Cafeicultores, em 1946, tendo sido membro de sua Diretoria, em duas oportunidades, na qualidade de Presidente e de Secretário Geral.

Teve também sua experiência nas lides políticas, quando, por duas vezes, foi eleito Vereador no Município de Santo Antonio da Platina.

No Governo de Juscelino Kubitschek, em sua gestão como Presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores patrocinou a chamada Marcha do Café, como forma de protesto contra o confisco cambial do café, da qual participariam mais de mil veículos inscritos, e que foi impedida por forças do Exército.

Fez parte da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Paraná, de 1946 a 1950.

Idealizador e fundador da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, no Governo Munhoz da Rocha, foi nomeado seu Secretário, dispensando qualquer remuneração pelo cargo.

Presidente da Comissão Nacional da Cafeicultura nos anos de 1980/81, movimentou intensa campanha contra o Confisco Cambial, promovendo a Missa do Café em Jacarezinho, com a participação de cafeicultores de todos os Estados cafeeiros do País.

Em 1981, mobilizou, em Santo Antonio da Platina, mais de quinhentos veículos entre tratores e caminhões, com o intuito de interditar as estradas, sendo dissuadido por companheiros, sempre em sua labuta contra uma situação que considerava injusta para os agricultores.

É portador do título de Cidadão Honorário de Santo Antonio da Platina, justamente outorgado pelos Vereadores do Município. Foi também homenageado com uma Placa de Prata, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, pelo seu Cinquentenário de luta pelo Café, homenagem feita por cafeicultores de todo o Brasil.

Atualmente, é vice-Presidente do Conselho Nacional do Café, com sede em São Paulo, e por sua iniciativa, e para a defesa da classe através de um órgão de peso, está formando em Brasília, no Congresso Nacional, o Bloco Parlamentar Ruralista

com a participação de Parlamentares de todos os partidos, principalmente os ligados de alguma forma à agricultura. Espera, com este movimento, proporcionar à classe agrícola um forte instrumento de defesa de suas reivindicações. Desse Bloco participam, de início, mais de cem parlamentares, entre Deputados e Senadores, sendo apoiado pelo Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Álvaro Dias, e pelo Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, contando, ainda, com o decidido apoio dos Deputados do Paraná.

Porém, existem outras situações que denotam sua condição de grande entendedor dos problemas do campo, e, isso pode ser evidenciado por suas atitudes em sua Fazenda. Afirma com orgulho que, por mais de cinquenta anos, nunca dispensou um empregado, mantendo e exigindo um regime de respeito ao trabalhador agrícola, no seu entender o legítimo e injustificado promotor do progresso e grandeza do País. Em sua propriedade, onde reside e sempre residiu com sua família, proporciona aos seus trabalhadores todas facilidades ao seu alcance, inclusive a garantia do futuro, através de um seguro de vida coletivo, para resguardar as respectivas famílias de qualquer imprevisto. Dá, a toda criança que nasce na fazenda, até a idade de um ano, um litro de leite por dia, como modesta contribuição para que o Brasil possa contar com brasileiros mais fortes, para seu progresso e defesa. Proporciona assistência médica, hospitalar e dentária, através de três convênios com entidades assistencialistas rurais, de forma gratuita, aos trabalhadores e seus dependentes, e periodicamente faz uma distribuição de cobertores e agasalhos a todas as crianças menores de quinze anos.

Cita, com justo orgulho, que em sua fazenda ninguém morre à mingua, principalmente as crianças, pois todos ganham o necessário para viverem dignamente.

Por tudo o que aqui foi exposto, e, principalmente, pelo exemplo de conduta altaneira e dedicada, é que estamos apresentando esta justa homenagem a um paranaense da mais alta cêpa, pelo que esperamos a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 369/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública o "INSTITUTO JOÃO XXIII DE CURITIBA", com sede nesta Capital, à rua Deputado Nilson Batista Ribas, 700.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

pag. 00
posições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A educação vem sendo, nestes tempos de grave crise nacional, uma preocupação prioritária por parte de grupos de profissionais altamente gabaritados que a vêem como pedra de toque na formação da personalidade humana. Um exemplo do que acima citamos é o Instituto João XXIII de Curitiba que, nos idos de 1976 como filiado à Sociedade Claretiana de Educação e Assistência, com sede em Londrina, Paraná, iniciou suas atividades no Bairro Campina do Siqueira, em nossa Capital. A finalidade desta iniciativa era a educação - incluindo informação e formação -, o amparo e a assistência ao infante e ao adolescente da periferia. Por sete anos a Instituição se afirmou junto àquela comunidade e às dos demais bairros vizinhos e sua proposta educativa global de proporcionar condições necessárias para um desenvolvimento integral resultou na prática, em ampla aceitação e apoio efetivo aos programas específicos de educação, saúde, lazer, integração familiar e comunitária.

Tão grande foi a aceitação e tão marcantes os resultados obtidos que, em Assembleia Geral, foi decidido desmembrar o Instituto João XXIII da Sociedade Claretiana e conceder-lhe autonomia jurídica, com Estatuto próprio. Hoje, ele é uma Associação civil, de caráter beneficente com duração por tempo indeterminado, mantenedor de uma série de obras com atividades específicas - como as Creches João XXIII e Santo Inácio Mártir que atende ao Menor carente, o "Cantinho Feliz - Ensino Pré-Escolar" e o "Centro de Iniciação e Orientação Vocacional", que acolhe jovens de baixo nível econômico, em nível de internato, sem discriminação de raça, cor, credo, classe social ou nacionalidade e objetiva descobrir sua vocação, além de iniciá-los profissionalmente. Propostas e iniciativas como a do Instituto João XXIII devem obter, de nossa parte, estímulo e apoio.

Acreditamos, pois, que na forma do substitutivo que ora apresentamos, os objetivos desta Instituição - com o respaldo de Utilidade Pública - serão alcançados e, através deles, nossa sociedade melhor atendida.

PROJETO DE LEI N.º 370/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica criado o Município de Luiziana, com território desmembrado do Município de Campo Mourão, com sede na lo-

calidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na barra do rio Sem Passos, no rio Mourão, seguindo deste ponto em sentido leste, pelas divisas das terras de Manoel Mendes de Camargo, com a gleba 2, da Colônia Mourão e, posteriormente, pelas glebas 4, 5 e 6 da Colônia Muquillão, com a divisa sul da Colônia Corumbatei, até atingir o rio Chupador; subindo por este até alcançar a divisa da Gleba 3-6 da Colônia Muquillão, e por esta até atingir o rio Formoso; seguindo por este até sua cabeceira, donde por uma linha seca, alcançam a cabeceira do rio Tricolor, pelo qual descem até o ponto de encontro da divisa da Colônia Goio-Bang, (que faz divisa com o município de Mamborê); seguindo, por esta divisa, em sentido norte, até alcançar o rio Mourão, donde desce até a barra do rio Sem Passos, ponto de partida.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O abaixo assinado que estamos anexando ao presente plano de lei, bem demonstra a ansiedade dos moradores de Luiziana a fim de verem seu Distrito ser elevado à condição de Município, cuja emancipação irá se construir em benefício para o progresso paranaense.

SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Augusto Carneiro, inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Senhor Presidente, eminentes Senhores Deputados.

Por várias oportunidades temos declarado de que esta Nação requer, com urgência, algumas mudanças, iniciando-se pela mudança política, de forma que crie partidos políticos com raízes autênticas, com filiados a essas agremiações políticas acreditando no programa, e defendendo o programa de cada Partido, o que infelizmente hoje não temos. Temos dito, várias vezes, da necessidade de uma reforma da política econômica, de forma que propicie uma segurança ou, pelo menos, uma esperança de equilíbrio econômico da nossa Nação. Temos afirmado tantas vezes, da necessidade de uma reforma urgente da política agrícola, e é neste campo que eu quero tecer e levar ao conhecimento desta Casa, um fato que está ocorrendo, de grande prejuízo para o nosso Estado.

A política agrícola que tem sido desenvolvida, tem sido uma política de improvisação, de surpresas de decretos, de

resoluções, que sempre pega o produtor desprevenido, e que sempre traz grandes prejuízos ao nosso produtor brasileiro, e principalmente ao produtor do Paraná porque é o Paraná, o Estado maior produtor da nossa Federação.

Ultimamente, tivemos ciência e recebemos algumas cartas de agricultores que trabalham e que produzem para este Estado e para esta Nação, no Vale do Rio Ivaí, e às margens do Rio Piquiri.

Nós queremos falar, agora, a respeito da lavoura do rami; o rami, que tem propiciado trabalho e sobrevivência a tantos agricultores do nosso Estado, o rami que tem trazido tantas divisas à nossa Nação, porque o Brasil tem sido um exportador para a Alemanha, para a Inglaterra, para os Estados Unidos e até para o Japão, que é um dos países altamente produtor do rami. E tivemos ciência, ultimamente, e nos dão ciência, todos os agricultores que se sentem prejudicados, e nos chamam a atenção para que levantemos a nossa voz, principalmente no campo político e nesta Casa que é a caixa de ressonância do povo, para fazer com que o Ministério da Agricultura e a CACEX deixem de importar o rami que pretendem importar da China, inicialmente 750 toneladas de rami, quando o nosso Brasil tem produção satisfatória para a manutenção das nossas indústrias, e até para exportação! Essa importação que pretende o Ministério da Agricultura e a CACEX, trará grandes prejuízos ao nosso agricultor, pois fará com que, o preço do rami que já estava cotado no ano passado, e que foi comercializado à razão de CR\$ 2.400 o kg, caiu apenas com a notícia da importação para CR\$ 1.400. E esta queda veio muito aquém do custo de produção da lavoura e, se persistir este fato, nós vamos prejudicar a agricultura brasileira, ou o Brasil irá prejudicar e vamos criar e agravar cada vez mais, o problema social dos trabalhadores da nossa agricultura.

Por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, todos nós estamos encaminhando à Mesa, um requerimento que pede medidas urgentes para tentar sanar este sério prejuízo que a política agrícola brasileira tende a criar para os nossos agricultores.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito no Grande Expediente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estará visitando o Paraná, numa reunião com todos os paranaenses, no dia de amanhã, o candidato à Presidência da Re-

pública, Tancredo Neves.

Importante é nós frisarmos, nesta tarde, que a presença de Tancredo Neves ao Paraná visa o diálogo com as classes políticas, empresariais, segmentos sociais, população, para avaliar as necessidades paranaenses e para alinhar as diretrizes de seu Governo.

Temos a satisfação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em constatar esta realidade, porque em pronunciamento anterior nesta Casa, quando analisamos os casuísmos já empregados no curso de vinte anos, para manter o regime totalitário no poder, anunciamos desta tribuna, que devido à falta de tempo naquela oportunidade, voltaríamos a conversar, a debater e a explicar com os companheiros desta Casa de Leis, sobre a questão - Programa de Governo e de candidatos.

Nós precisamos inicialmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, distinguirmos o que significa um programa de Governo e o que significa diretrizes de Governo.

Programa de Governo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não se faz antecipadamente ao conhecimento real da situação que se terá que administrar. Programa de governo não se faz em gabinetes com assessoramento técnico puro e simplesmente; programa de governo é exatamente o arranjo final de diretrizes estabelecidas no curso de campanha com o conhecimento constante daqueles que durante o decurso da pregação eleitoral, nos fornecem os subsídios para poderem alinhar dessa forma, o futuro Governo.

Então, quando se acusa que o candidato Tancredo Neves não possui um programa de governo, leia-se, não possui a demagogia de um program pré-estabelecido, sem que tenhamos sequer a certeza de saber quem o compilou.

O candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, já realizou de 15 a 17 de outubro, em Curitiba, um seminário sobre política para agricultura.

De 19 a 20 de outubro, em Salvador, sobre a política para o Nordeste, de 23 a 27 de outubro, em Belo Horizonte, sobre economia e finanças; de 27 a 30, no Rio de Janeiro, sobre turismo, comunicação, esporte e lazer, já realizou de 5 a 9 de novembro, em Porto Alegre, sobre problemas sociais, previdência, educação, cultura e saúde; já realizou de 12 a 13 de novembro, em São Paulo, sobre sindicato, política salarial, política de emprego; de 27 a 29 de novembro, em Belém, sobre uma política para a Amazônia e uma política mineral; em 30 de novembro, de meio ambiente e qualidade de vida, em São Paulo e estará realizando no dia 6 de dezembro, em Curitiba, amanhã, sobre política energética.

Quer nos parecer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a assertiva de que o candidato Tancredo Neves não tem um programa de governo, não casa com a realidade de esforço de seminários que tem-se feito pelo Brasil inteiro, para formar diretrizes de governo, para se pensar num programa de como fazer, onde fazer, quando fazer e com quem fazer.

Não se pode esperar de um governo a pregação demagógica como anteriormente já o fizemos dessa tribuna, e aqui o meu respeito aos possíveis Deputados defensores da candidatura Paulo Salim Maluf.

Mas, eu particularmente, não aceito livretos como esse, como programa de governo, porque não foram discutidos com a comunidade. Não há segmento algum que tenha participado dessa elaboração de um programa para administrar o Brasil e os brasileiros. Isso, no mínimo, é o pensamento de um grupo tecnocrata que serve ao candidato para lançar ao Brasil, um livro falando dos pensamentos e não de um programa de governo, de governo algum. Agora, este livro, um seminário para mudanças democráticas e populares da agricultura e no meio ambiente - já realizado na cidade de Curitiba. Este, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pode não ser um programa de governo, mas é ouvir os segmentos interessados na agricultura; é nós ouvirmos as federações, os sindicatos, as cooperativas, as classes políticas, as classes produtoras, a população em geral em três dias de debates. Colocando as suas idéias, mostrando a prática daquilo que pretende, procurando alinhar uma diretriz para oferecer como subsídio a montagem de um programa de governo, quando a pessoa eleita estiver no governo.

Por isso, não procede, as denúncias que se fazem no desespero final de uma candidatura já derrotada. Na certeza antecipada de que o Brasil não entendeu a mensagem que não existiu. O Brasil precisa é de ouvir o seu povo. Se nós pregamos mudanças no sistema administrativo desta Nação, se nós pregamos mudanças profundas no campo social e econômico do Brasil, nós temos que lembrar que antes de tudo e mais nada, de que o nome que venha representar uma sigla, se proponha a mudar o estilo de próprios programas de governo, de diretrizes de governo para poder ascultar a opinião pública brasileira e saber aquilo que o Brasil quer para o presente momento e aquilo, principalmente, que o Brasil espera do futuro Presidente da República.

Dentro desse contexto de raciocínio eu quero afirmar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que muito mais importante do que o candidato Tancredo Neves, se estivesse jogando pelo Brasil inteiro um programa de governo, que não pudéssemos

afirmar de onde surgiu e por quem surgiu. Muito mais importante é a continuidade de encontros como esses abertos à população inteira, abertos a todos os segmentos políticos da Nação para que possam levar a sua idéia, o seu pensamento sobre aquilo que nós pretendemos para o Brasil de amanhã. E aí sim, após colhermos do Brasil inteiro, o pensamento dos segmentos sociais voltados para os problemas básicos, crônicos, críticos da nossa Nação, poderemos após 15 de janeiro, até a posse do Presidente - depois da certeza do mandato - começarmos a alinhar, baseado nas diretrizes provenientes do ascultamento da vontade popular de mantermos um plano de governo que condiga com a vontade do povo brasileiro.

Quero nesta tarde, demonstrar a satisfação do Estado do Paraná, que muito mais do que se digladiar por nomes que de última hora, tenham aderido à campanha Tancredo Neves, muito mais do que a preocupação com os caroneiros de último instante, que vendo a derrota antecipada do seu candidato baldeiam para o barco da vitória na tentativa de permanecer no poder. Muito mais do que isto compete aos legítimos representantes de anseios populares a cobrança sistemática daquilo que fora vontade nacional, e por isso mesmo, Senhor presidente e Senhores Deputados, que o P.M.D.B., do Paraná, as forças oposicionistas desse Estado, os homens engajados na luta de vinte anos por reformas profundas na vida deste País devem pôr e colocar a sua vontade firme de não decepcionarmos no futuro plano de administração dessa Nação a vontade do Brasil curtida durante tantos anos com o sacrifício de tantos homens e de tantas classes.

Não nos preocupa quem esteja formando a Frente Liberal, não nos preocupa quem esteja formando esse bloco total de homens que apoiam Tancredo Neves. Nos preocupa mais como peemedebistas é mantermos a nossa linha de pregação, unidade total do partido na cobrança de diretrizes básicas e mudanças profundas nascidas na Nação brasileira.

Isso é muito mais importante, até porque a partir de 15 de janeiro os caminhos serão abertos para que cada político procure o partido que melhor aprover. E o PMDB, se permanecer firme na sua proposta democrática-social, estará purificado, estará trabalhando em cima de linhas, estará podendo dar respaldo a um governo que por certo haverá de devolver ao Brasil o seu desenvolvimento interno, a sua confiança no amanhã, uma política social e econômica mais justa, mais séria e mais voltada aos interesses brasileiros.

O Sr. Odênio Mongruel - Vossa Excelência me

permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente eu agradeço a concessão do aparte a Vossa Excelência, a minha solicitação. E gostaria, inicialmente, de dizer que comungo com as suas idéias, quando Vossa Excelência diz da importância de se submeter através de consultas à apreciação dos diferentes segmentos da sociedade em torno das suas reivindicações, em tudo aquilo que os segmentos desejam não apenas para eles, mas para a sociedade como um todo.

Esta estratégia de consulta através de seminários é uma prática que deve, indiscutivelmente, ser colocada em uso e desenvolvida com o afã de levantar-se verdadeiramente as realidades consultadas.

Tem também um outro aspecto que eu gostaria de destacar e já é sobejamente conhecido desta Casa, a intenção que move Vossa Excelência. Mas, também vale a pena lembrar quantas dificuldades Vossa Excelência acabou vivendo, seus companheiros de bancada da mesma forma ao trazerem para esta Casa todo o entusiasmo, todo o compromisso apresentado na memorável campanha de 1982, encontrando aqui pela própria fraqueza do Poder Legislativo, dificuldades enormes no sentido de aplicá-las.

Mais do que as limitações do Legislativo, são as características próprias Deputado, de que se reveste o Poder Executivo, seja ele a nível municipal, a nível estadual, ou a nível federal.

Há quem diga, e eu repito, que o Poder Executivo ganha características próprias, dele, Poder Executivo, super-atrofiado e com condições de aplicar sempre no seu rol de interesses aquilo que a realidade lhe impõe ou aquilo que a realidade está a lhe oferecer.

O Poder Executivo traça as suas próprias linhas, nem sempre de comum acordo com a área legislativa mesmo até com a área político-partidária.

Gostaria também, Senhor Deputado, de salientar aqui, que o plano de governo na minha maneira de ver, cabe muito mais no campo das intenções. É aquilo que se pretende fazer em favor da mudança de uma determinada realidade. E partindo das diretrizes como Vossa Excelência colocou já no sentido de como fazer aquilo que se deseja.

E para não me tornar muito prolixo, e nem demorado nesta intervenção, deixo de fazer alusão às estratégias, às ações e às metas que no elenco global, compõem o plano de governo. Aí sim, definitivo e acabado. Mas, o plano, quando se levanta questões sobre ele, está justamente no aspecto das intenções que possa apresentar, caracterizando o compromisso, digamos, do candidato com a sociedade; enquanto que as diretrizes são as maneiras através das

quais o plano será consubstanciado na prática.

Quero salientar que Vossa Excelência sempre tem trazido a esta Casa sua manifestação, absolutamente isenta de vinculações de ordem de grupo, ou de ordem partidária. E é justamente objetivando a preservação de sua imagem, é que faço estas colocações, no sentido de que Vossa Excelência não se sinta desconfortado no futuro, caso eventualmente, o seu candidato chegue à Presidência da República e não tenha ele impregnado de boas intenções, as condições mínimas necessárias para viabilizar as promessas que faz na campanha. Aliás, com relação às promessas, nós políticos temos consciência disto, são feitas acima de tudo em cima das insatisfações sociais, em cima das injustiças, em cima das estruturas que impõem aos mais fracos o ritmo de vida que leva, muitas vezes, à desestabilização destes segmentos mais fracos. E sabemos como se torna difícil a promessa feita em campanha ser exercitada na prática.

Porém, não quero fazer aqui o pregoeiro de mais dias, muito pelo contrário. Acho que passaremos, a partir de 85, pela simples preservação do processo sucessório indireto, a viver dias muito mais auspiciosos à sociedade brasileira. Não apenas pelos aspectos econômicos, que começam a vicejar de maneira realmente muito mais expressiva, mas acima de tudo, Deputado, porque estará sendo entregue à sociedade civil a competência dela, sociedade civil, através dos políticos decidir o seu próprio destino.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte, lembrando nobre Deputado muitas vezes o contrasenso quando se cobra de Tancredo Neves, um plano de governo, e, muitas vezes incutido nesta cobrança de plano de governo queira-se na verdade cobrar promessas futuras de governo e talvez o que tenha caracterizado a credibilidade popular no candidato Tancredo Neves é exatamente a ausência de promessas na sua administração. Promessas que talvez tenham desgastado profundamente, perante a imagem popular, o próprio candidato hoje do PDS, Paulo Salim Maluf, quando num arroubo, numa entrevista, chegou a dizer - e eu ouvi - que após eleito, um ano depois no Brasil, não falaria mais sobre dívida externa.

A complexidade do assunto leva os futuros Governantes a pensarem com profundidade na grande responsabilidade de quem assumir os destinos desta Nação, com graves problemas sociais, com uma extraordinária dívida interna, com uma dívida externa insuportável, com os segmentos so-

ciais cobrando melhorias e com a certeza de que todos nós brasileiros precisamos, juntos, construir a Nação que queremos, sem demagogia, sem radicalismos, mas construindo aquilo que se espera. Esta é a intenção maior que se espera neste instante. Não importa, para terminar, com o Colégio Eleitoral que continuamos afirmando ser espúrio, não importa se teremos adesões daqueles que durante muito tempo mantiveram o Colégio Eleitoral. Importa talvez, a consciência nacional hoje, de que é necessário terminar o arbítrio e é urgente um pacto social com a Nação brasileira, para poder lentamente começar a construir novos caminhos, capazes de fazer o brasileiro mais feliz, mais brasileiro, mais confiante, mais esperançoso no próprio futuro.

Concedo o aparte ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado- Quero cumprimentar Vossa Excelência pela felicidade com que trata de um assunto tão complexo na tarde de hoje e dizer que vejo, na sua manifestação, a manifestação de autenticidade. É que o PMDB tem certeza de que será cumprido o Estatuto do nosso partido, porque é dentro do Estatuto do nosso partido que estão inseridos os programas sociais realmente, abrangentes; os programas sociais necessários para estabilização política deste País. É dentro do programa do Estatuto do PMDB que estão previstas eleições diretas em todos os níveis; é dentro do Estatuto e do programa do PMDB que estão previstas reformas de bases profundas e, tenho certeza que nesta linha é que nós haveremos de manter na linha da autenticidade, na linha dos homens que sofreram na carne o sacrifício de ser oposição durante esses vinte anos de obscurantismo; na linha de autenticidade que nós conseguiremos chegar ao poder, mais pelo sacrifício, pela luta, muitas vezes vendo tombar companheiros nossos nesta caminhada tão difícil.

15 de janeiro está aí, será realmente instalado neste País um novo pacto social e nós temos certeza que será embasado no programa e no estatuto do maior partido de oposição este País; de um partido que resistiu a tudo e a todos, o PMDB.

Meus cumprimentos e é esta linha que nós deveremos manter.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Tadeu Lúcio Machado, disse muito bem Vossa Excelência, o programa maior de partido, o compromisso maior no lançamento de Tancredo Neves à Presidência da República pelo PMDB, apoiado por diversos partidos de oposição e, apoiado por parte do próprio PDS o que se convencionou chamar de Frente

Liberal, foi exatamente de que o maior programa de governo que a oposição tem no Brasil, é o segmento do seu estatuto e diretrizes partidárias.

Porque, foi em cima deste Estatuto, Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, que durante vinte anos, batalhou o MBD, batalhou o PMDB, foi em cima deste Estatuto pregando a liberdade nesta Nação, pregando o direito de anistia, pregando o pacto social, pregando eleições diretas, se impondo contra o arbítrio e a prepotência, que muitos e muitos dos então MDBistas tombaram em seus mandatos, perderam o seu direito político, foram cassados, foram banidos, foram torturados.

Esse é o maior programa político do PMDB, é o cumprimento das diretrizes básicas do seu partido. Mas, tenho certeza, Senhores Deputados e Senhor Presidente, que não está desfigurado o PMDB. Esse partido após 15 de novembro estará cumprindo a sua missão de vigilância nacional na pregação e no cumprimento daquilo que sempre foi as suas diretrizes.

Procura-se pregar hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a desfiguração do PMDB. Eu ouvi ainda ontem, nesta Assembleia, da tribuna, Deputados Pedessistas, perguntando como iríamos comungar no PMDB, como iríamos receber no PMDB nomes variados que aqui foram acrescentados, responsáveis e, diga-se de passagem, e é bem verdade, por grande parte do período de arbítrio que nós tivemos nesta Nação. Mas, nós não podemos generalizar uma coisa, nós temos que ter a consciência plena e absoluta de que o MDB, o PMDB mantém a sua identidade através da filiação dos homens do seu partido.

Muitos que hoje compõem a aliança que levará Tancredo Neves à Presidência da República, hoje ainda são filiados ao PDS, não são filiados ao PMDB. A condição essencial para este pacto, pedida pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves foi a facilitação no surgimento de novos partidos e hoje já tem-se feito reuniões, já está-se colhendo assinaturas para antecipar a formação do partido liberal. Nós não estaremos juntos, Senhor Presidente e Senhores Deputados; nós estaremos na nossa trincheira como sempre estivemos, no PMDB, na nossa diretriz de partido, na nossa orientação partidária.

Outros, talvez, venham a comungar conosco, mas mais importante do nome que tenham é a consciência daquilo que se propuserem fazer. Mais importante do que aquilo que tenham feito é aceitar a diretriz básica de um partido que não haverá de se curvar para a opressão, para a tirania!

Isso é importante que fique bem distinguido e bem qualificado, somos nós, PMDB, hoje, parte de uma frente política

que levará Tancredo Neves à Presidência da República, e somos um partido organizado, legalmente nesta Nação, com identidade própria, com estatutos, com diretrizes a serem cumpridas por todos aqueles que nele estejam e queiram filiar-se, os demais, é uma composição momentânea para se chegar à Presidência da República e para se mudar o regime!

Então, nós não podemos tentar macular o PMDB por adesões quaisquer que tenha tido, sob pena de estarmos praticando o arbítrio dos arbítrios, que é negarmos do político, o direito dele poder optar pelo candidato que quiser, em qualquer instante. Este direito é inalienável a quem, detentor de um mandato popular, num determinado instante da sua vida, tenha de tomar uma posição de coerência com seus princípios, ou até com quem menos princípio tenha de coerência com as suas necessidades e oportunidades, não se discuta o porquê da aderência, mas não se queira dizer que está maculando o PMDB porque ele continua um partido soberano, com quadros definidos, com diretrizes a serem cumpridas.

E eu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vejo a insensatez daqueles que brincavam com o Brasil, daqueles que pensaram que nós somos a continuidade do brinquedo de tanto tempo, na pregação esdrúxula e ridícula de tantas posições tomadas no passado, ouvimos Paulo Salim Maluf, pedindo: "Eleições Diretas Já!" - É brincadeira de mau gosto que fere a sensibilidade política de qualquer um, responsável que foi pela arregimentação do Congresso Nacional para a derrota da Dante de Oliveira, quando tínhamos prazos constitucionais, nesta Nação, para realizarmos diretas já, agora, no instante em que a própria legislação não tem mais tempo para realizar esta eleição, enquanto que, para podermos fazê-la agora implicaria, inclusive na prorrogação do atual detentor do Poder, prega-se descaradamente a necessidade de eleições diretas já, querendo que o PMDB aplauda! Não, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pode custar ao nosso Partido a necessidade de levarmos de casa em casa, de palanque em palanque a convocação do porque que o nosso partido, no dia de hoje vê impossibilitadas as diretas já, mas haveremos de fazê-la com a dignidade e com a grandeza que sempre caracterizou o PMDB, por sabermos que não é hora de brincarmos, nesta Nação, com propostas que nem sequer prazo se têm para poderem ser postas em prática.

Quando nós pregávamos a necessidade de um pacto nacional, fomos torpedeados por aqueles que, hoje, casuisticamente o querem. É importante que, hoje, os políticos desta Nação tenham uma consciência firme, o Brasil de hoje não é mais o Brasil de

ontem, a sociedade se organizou, os segmentos sociais se acordaram, é chegado o tempo de pensarmos sério, de pararmos com a brincadeira, de lembrarmos que precisamos, todos juntos construirmos uma Nação, e para isso, no dia de amanhã estamos convidando a todos, para juntos com Tancredo Neves, façamos a diretriz energética do futuro Brasil dos brasileiros na reunião feita em Curitiba, porque isso é falar sério em política, é construir o amanhã com responsabilidade com a geração presente e com a geração futura.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Os primeiros três minutos usará da palavra o Senhor Deputado Mário Pereira, os outros 27 o Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Mário Pereira, por três minutos.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Minha presença rápida nesta tribuna, hoje à tarde, é para informar que amanhã, na reunião que o futuro Presidente da República, Tancredo Neves, terá com a Banca do PMDB, nós entregaremos a ele dois documentos. Um está sendo elaborado no Oeste do Paraná, para que seja criada a Universidade Federal do Oeste, que deverá englobar as faculdades de Cascavel, Rondon, Foz do Iguaçu e Toledo. E o outro, um documento preparado por nossa Assessoria, solicitando, também, a criação da Universidade Federal do Oeste do Paraná.

O Paraná tem direitos que precisam ser assegurados pelo próximo Governo. Enquanto Minas Gerais tem 11 Universidades Federais, São Paulo 8, Rio Grande do Sul 5 Universidades, nós aqui temos uma única universidade federalizada. Portanto, além do que pretende o Paraná, a federalização das Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, é necessária a criação da Universidade Federal do Oeste do Paraná. E essa necessidade, Senhor Presidente, se faz mais clara no momento e que já dissemos, inclusive, em outras oportunidades desta Tribuna, e que o trabalho do IPARDES demonstra que o Oeste do Paraná será uma das regiões com maior desenvolvimento populacional até 1990, devendo a cidade de Cascavel, naquela data, contar com aproximadamente 300 mil habitantes. É a Universidade Federal do Oeste do Paraná o anseio de longa data, de toda aquela região, a

quem com essa explosão populacional é necessário dar uma base para a educação naquela região, preparando os destinos para melhor enfrentar os desafios do Paraná e da nossa região.

Muito obrigado. (~~Sem~~ revisão do orador):

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)— Com a palavra o Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS -- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ao findar-se mais esse ano legislativo, em nossa última sessão ordinária, não poderia furtar-me do momento em que, muito gentilmente a Liderança do meu partido me permite o uso do seu horário, para expressar ao mesmo tempo a nossa satisfação e a honra de termos tido conduzido a 1.^a Secretaria da Assembléia Legislativa com apoio de todos os Senhores Deputados.

Gostaria, neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de dizer que ao entregarmos em fevereiro este honroso cargo, o fazemos com a consciência de missão cumprida nessa primeira etapa.

E, Para tanto, gostaria de registrar nos Anais deste Poder, alguns pensamentos que nortearam nossa conduta junto à Mesa Executiva do Poder Legislativo. (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Todo o organismo que perde funções, obrigado a trabalhar em limites que constroem sua plenitude, transforma-se em organismo doentio, propício a deformações. Podemos afirmar que isto aconteceu com o Poder Legislativo em nosso País. Em toda a nossa história tivemos curtos espaços de vida democrática. Insuficientes para consolidar parlamentares fortes, independentes, capacitados para exercer seu papel fundamental que lhe exige a democracia.

Os últimos vinte anos, que devemos caracterizar como as duas décadas infames da história brasileira, vivemos sob a égide de um regime autoritário. O arbítrio e a violência se sobrepuseram à vontade da maioria em defesa de interesses restritos. Faleceram todos os preceitos democráticos.

A ordem legal foi substituída por outra legalidade, inspirada na força, sem legitimidade. Romperam-se todos os princípios em favor da máxima concentração de poderes. Deu-se a hipertrofia do Executivo e sua crescente militarização, ao mesmo tempo da castração e subjugação dos demais Poderes. O Legislativo, conservado apenas porque pretendiam a farsa democrática, foi o que mais sofreu nesses últimos 20 anos.

Reduzido em suas prerrogativas, levado à dependência extrema, sobreviveu com dig-

nidade porque as oposições souberam utilizá-lo como trincheira e tribuna das lutas populares, nacionais e democráticas. Para que se tenha uma idéia de sua atrofia, em todo esse tempo o Congresso Nacional propôs apenas 590 leis das 2.572 que foram sancionadas pelos presidentes militares. Os Legislativos estaduais tiveram o seu poder fiscalizador limitado. Ficaram impedidos de legislar, na prática, sobre o orçamento. E a docilidade das maiorias governistas que se erigiram à sombra da arbitrariedade se encarregou de firmar sua completa submissão aos poderes ditatoriais de então.

Ainda calam profundamente na consciência democrática os quatro episódios de fechamento do Congresso Nacional. As cassações de mandatos parlamentares, as humilhações sofridas pelo Parlamento ao sabor e inspiração dos piores hábitos castrenses. Ofensas não apenas à instituição, mas antes de tudo ao próprio povo que, mesmo sem liberdades, procurava delegar mandatos e manifestar suas expectativas por uma das estreitas vias institucionais que lhe restara, o Legislativo.

Tantas deformações impostas à vida nacional não caracterizaram apenas o recesso de suas principais prerrogativas. Pouco a pouco relegou o Poder Legislativo à posição de extrema secundariedade. Uma intensa campanha situou a política e os políticos no campo do mal, procurando denegrir sua imagem junto à população. Como se o Legislativo e os Parlamentares fossem os verdadeiros responsáveis pelas mazelas que a política do regime ia produzindo.

E é neste quadro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, marcado pela barbarie contra a sociedade civil e suas principais instituições, o Legislativo vitimado pela coerção foi gestando deformações internas e crônicas. Desfunções estruturais e funcionais que muitas vezes ajudaram àqueles que trabalhavam contra a sua imagem e longe de demonstrar que esses eram sintomas da ausência de democracia, lançavam o engodo de apresentá-las como causas de nossa tragédia. O Legislativo foi consequência dessas mazelas.

Este, Senhores, é um dos preços que a sociedade brasileira pagou e continua a pagar como parte dos prejuízos que o regime, nos seus estérteros, nos lega. Parte da herança negra que devemos suportar. Em lugar de Legislativos fortes, eficazes, temos estruturas atrofiadas, organismos esclerosados, funções deformadas pelo aviltamento dos costumes públicos.

Mas temos também a esperança. E uma nova prática surgindo da vontade popular. A Nação, que em todos esses vinte anos não deixou um dia sequer de oferecer resistência, consegue acumular forças para a vira-

da que deve repo-la na trilha democrática. O regime se esfacela diante da disposição e da luta de nosso povo. Já é possível perceber aquilo que buscávamos: uma luz no final do tunel escuro da arrogância ditatorial.

Os melhores sinais dessa conquista foram, sem dúvida, os resultados eleitorais que desde o início da década de 70 deram a vitória às oposições. O que significou a escolha da maioria pela democracia, pelas liberdades plenas e tudo que isso possa representar, incluindo a restauração deste Poder. As eleições de 1982, que consagraram o PMDB e lhe entregaram, pelas mãos do povo, o governo estadual, criaram as primeiras condições para que iniciássemos essa tarefa. A maioria democrática nesta Casa lançou-se ao trabalho árduo de reconstrução.

Hoje, na prática, já conquistamos muito do que tínhamos perdido da independência e autonomia desta Assembléia Legislativa. Começando pela sua autonomia financeira. De nada adianta clamar pela independência quando se é dependente no essencial. É como repetir a experiência adolescente que afirma sua liberdade plena, mas depende do pai para receber a sua mesada. O que, a despeito da proclamação, o faz dependente. Esta Assembléia Legislativa, a partir deste governo, voltou a ter seu orçamento previsto em lei, como parcela da arrecadação. Já não depende de concessões do Executivo. Já não vive de favores. Não necessita aceitar tutelas. Nem pode sofrer coerções econômicas como sofreu no ano passado recente, em governos anteriores. Esta foi uma grande conquista deste Poder.

Mas há outros aspectos que indicam mudanças no relacionamento entre este Poder e os demais e no relacionamento com a própria sociedade. Prova disso é que pela primeira vez, em muitos anos, a Assembléia Legislativa transformou-se em centro do debate, com poder e influência, sobre os destinos de nosso Estado e sobre os caminhos da administração pública. Chegando a se constituir em lugar privilegiado do exame de todas as questões decisivas da vida política, econômica e social do Paraná. E para aqui fluíram até mesmo os antagonismos próprios de um governo democrático. Sem contar os inúmeros foruns de debates, reuniões, simpósios que a Assembléia realiza privilegiando, sempre, a participação da sociedade organizada.

São evidências das profundas mudanças que estamos testemunhando na vida institucional do Estado. Mudanças que nos transformam de Poder coonestador, submisso, em Poder real, capaz de intervir no curso da história para modificá-lo. Deixamos de ser apêndices, para nos constituirmos em verdadeiros agentes de mudanças, passando a

exercer o verdadeiro papel que nos foi delegado. O de representantes da vontade e dos anseios populares.

Sabemos que ainda há muito por conquistar. Mas já podemos afirmar a certeza de que mudanças maiores virão, breve, no bojo de novas vitórias democráticas. E com elas, a devolução de todas as prerrogativas deste Poder, o que significa a reconquista, afinal, da própria democracia. É nesse sentido que caminhamos, o que nos impõem tarefas de uma nova época.

De nada adianta conquistar a democracia e não poder exercê-la por completo. Estamos no período em que não só os homens, as consciências, a sociedade, se preparam na luta para retornar a convivência em liberdade. Também as instituições devem passar por esse mesmo processo. Algumas, como as Forças Armadas, o Executivo, para limitar-se ao seu papel original. Outras, como o Legislativo, para recuperar força, predicamentos, dimensão maior que lhe foi usurpada nas condições de arbítrio.

Foi com esta profunda preocupação de ajustar esta Assembléia Legislativa às exigências desta época que o PMDB, junto com o PDS, preocuparam-se rever a própria estrutura da Casa, seu funcionamento, para diagnosticar as imperfeições e anacronismos e estabelecer as bases de uma rigorosa reforma administrativa. Um tarefa que se tornou urgente pela própria vitória do PMDB. A grande renovação política da Assembléia ocorreu como resultado do forte movimento social pela redemocratização, arejando o Legislativo e propiciando a ele um novo dinamismo renovando em 70% os seus componentes parlamentares. Era evidente que a velha estrutura, ajustada ao imobilismo anterior, não serviria mais às exigências atuais. E muito menos aquelas que a esperança e o otimismo nos fazem prever para o futuro próximo, neste Estado.

Para que possamos avaliar, até o ano de 1982 se reuniam, regularmente, apenas as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação Final desta Casa. Algumas comissões técnicas parlamentares sequer foram instaladas. A partir desta Legislatura, em 1983, foram instaladas e passaram a operar 17 comissões. Órgãos colegiados de deliberação com sua dinâmica própria, de sessões, encontros, relatórios, pareceres e visitas externas. Considerando as comissões técnicas, as CPIs e as comissões especiais, só no primeiro semestre de 1983 foram realizadas cerca de cem reuniões, com a média diária de duas sessões, além das sessões normais de Plenário.

O exemplo parece ser suficiente para demonstrar o impacto que a estrutura, despreparada, sofreu com esta nova qualidade na atividade da Casa. Ficou evidente a ne-

cessidade da modernização. E se a Assembléia não tinha estrutura administrativa para cumprir suas próprias funções, não a tinha também para pensar sua transformação. Foi o que levou a Comissão Executiva a contratar uma consultoria externa para realizar o trabalho. A Hoyler Consultores Associados, depois do levantamento do cadastro de todas as empresas especializadas existentes no País, foi contratada em abril de 1983 para realizar dois projetos; a reformulação estrutural-orgânica e a elaboração e implantação do orçamento de 1984 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A prática e a experiência demonstraram a correção dessa decisão. Imediatamente foi realizado um profundo diagnóstico que revelou deformações graves: que deixo de numerar, mas considero registradas, dada à exiguidade do tempo e que os Deputados conhecem.

1)- Falta de uma filosofia administrativa explícita, acarretando problemas no processo decisório da Assembléia, pela ausência de elementos que norteassem as ações das chefias e do quadro funcional.

2)- Não existência de um confiável quadro efetivo de pessoal, muito menos de um quadro de carreira ou plano de carreira e sucessão para os empregados.

3)- Não havia qualquer investimento da ALEP no desenvolvimento de seus recursos humanos, gerando muita insegurança e demasiada "influência política" na determinação da posição funcional.

4)- Generalizada insatisfação entre os funcionários. Um dos principais motivos alegados eram os salários, em média bastante baixos, apresentando graves distorções internas. Efetivamente a determinação dos salários não obedecia a qualquer critério objetivo.

5)- Praticamente nenhum titular de qualquer área sabia o efetivo real pelo qual respondia, como a grande maioria de funcionários também não sabiam quem era seu chefe.

6)- Apesar de previstos no Estatuto e no Regimento nunca tinha havido concursos públicos para provimento de cargos (salvo taquígrafos). Foram tentados vários concursos, porém, havia tanta interferência política, que os mesmos foram desmoralizados.

7)- Havia uma total disfunção nas atribuições do pessoal.

8)- A inadequação da estrutura orgânica com proliferação de unidades, sem funções claramente delimitadas, propiciava a burocratização.

9)- O Orçamento não traduzia a real necessidade da Casa. O Orçamento era elaborado sem a participação dos diversos departamentos, ficando na dependência total

da aprovação do Executivo.

10)- O que foi dito acima mostra a subordinação do Poder Legislativo, comprometendo a independência dos Poderes, elemento basilar do funcionamento da democracia.

11)- Não havia independência, nem limites claros entre os gabinetes dos Deputados e o corpo funcional da Assembléia Legislativa, com prejuízos recíprocos claros.

12)- Alguns serviços funcionavam deficientemente, como por exemplo: biblioteca, informações, apoio às Comissões, segurança, etc.

13)- O dimensionamento e a distribuição do quadro funcional apresentavam problemas, oriundos da não participação de parte do pessoal disponível para execução das tarefas, bem como, sua distribuição inadequada.

14)- Havia problemas significativos ao longo da estrutura. Por exemplo:

a) O apoio às Comissões estava colocado a um nível demasiado baixo da estrutura.

b) A função do pessoal estava dispersa em pelo menos 3 diretores diferentes.

c) A estrutura vigente não reforçava os objetivos "fim" da ALEP.

15)- Os Senhores Deputados, na medida em que lhes era limitada a função Legislativa, enveredaram um papel essencialmente assistencialista. Essas funções assistenciais se encontravam dispersas em vários serviços autônomos na ALEP sem uma estratégia claramente definida.

16)- Os Senhores Deputados reclamavam da falta de condições para executarem um bom trabalho com os recursos da ALEP, e no entanto os recursos existentes (Humanos, Processamento de Dados, etc.) eram mal utilizados.

Este resumo concentrado das deformações com que nos deparamos pode dar clara noção do caos administrativo reinante. Capaz de produzir situações que seriam risíveis, não fossem trágicas. Na estrutura da Casa praticamente nenhum chefe de seção tinha subordinados. As constantes e impertinentes injunções políticas na administração fizeram com que o último nível não fosse o de operacionais, como seria normal, mas o de chefes de si mesmos. Isso porque as chefias eram, antes, prêmios e regalias que funções. Pode-se prever tudo o que decorria desta situação.

Outro aspecto não menos importante: a estrutura estava envelhecida, o que constata na observação de que 92 por cento dos funcionários tinham mais de 20-25 anos de trabalho.

Tudo precisava ser mudado. Foi o que fizemos. Levando em consideração a necessidade de modernizar a estrutura administrativa da Assembléia Legislativa e também a de oferecer uma eficiente estrutura de

suporte aos gabinetes parlamentares. Na verdade, começamos por separar, tanto quanto possível, essas duas áreas. A estrutura geral da Casa, modernizada e profissionalizada, funcionando segundo critérios rigorosos de funcionalidade, e os gabinetes parlamentares como empresas a parte. Estes, concebidos como unidades autônomas, de extrema importância, que devem propiciar o suporte imediato para o desempenho do mandato popular. Foram oferecidas as condições para que lhe permitisse montar uma equipe de assessoria de alto nível e outra de apoio para os serviços burocráticos.

Por livre indicação do Deputado, o gabinete parlamentar passou a contar com 6 cargos, 3 em comissões, 1 de direção e assessoramento superior, 1 de assessoria parlamentar de nível médio, outro de assessoria. Mais um datilógrafo e 2 auxiliares de serviços externos. Creio que, hoje, os Deputados já podem exercer seu trabalho com os recursos mínimos necessários.

Ao mesmo tempo, procederam-se mudanças na estrutura geral da Assembléia. Começando pela completa reestruturação dos diversos departamentos com a conseqüente reestruturação de cargos e funções. O princípio obedecido foi o da descentralização e desburocratização. Atribuindo responsabilidades bem definidas a cada departamento, a cada funcionário. Instalando-se, em contrapartida, um eficiente processo de cobrança dos resultados.

A autonomia levou a desburocratização e, permitam, ao desemburrecimento administrativo. Para dar um exemplo, certos processos de compras que antes dependiam de 38 despachos e cuja tramitação passava 6 vezes pela mesa do 1.º Secretário, em semanas, hoje se resumem a alguns despachos e a algumas horas para sua conclusão. Nem por isso o controle ficou menos rigoroso. Pelo contrário. Distribuindo responsabilidades, ficou mais eficiente o controle do processo administrativo geral. E pela primeira vez, a Assembléia Legislativa tem um processo de análise de custos que chega a unidade da simples folha de papel.

Este novo procedimento permitiu outras transformações dentro da Casa. Situar, com precisão, todos os funcionários em suas funções. Já não há espaços burocráticos para a improdutividade. Coerente com o programa geral, estabeleceu-se também a reestruturação do quadro próprio de funcionários, promovendo medidas há muito reivindicadas. Tratou-se de estimular um funcionalismo desesperançado pela falta de expectativas, pelos salários aviltados, que retiravam toda a motivação dos servidores efetivos da Assembléia.

Entre as medidas adotadas destacam-se o real reconhecimento à dedicação funcio-

nal através da concessão de inúmeros benefícios, entre eles o pagamento de gratificação por tempo integral e a reestruturação das carreiras. Estabeleceu-se um plano de cargos e vencimentos atrelados em percentuais, que diminuíram as longas distâncias entre os menores e os maiores salários. Um mecanismo extremamente justo e de harmonia hierárquica.

E voltamos a realizar concursos públicos, para o preenchimento de vagas abertas pelas novas necessidades da Assembléia. Um procedimento que moraliza a convocação de novos funcionários.

O novo orçamento da Assembléia corresponde à reforma administrativa. Temos agora um orçamento bem definido por departamentos e diretorias, o que permite verdadeira autonomia, de um lado, e maior controle do centro dirigente, de outro. Na verdade, a antiga burocracia escondia, por detrás de um processo extremamente moroso e complicado, as dificuldades de acompanhamento.

Não foram descuidadas as necessidades de expansão física. Deu-se continuidade à construção do anexo II, edifício que abrigará gabinetes parlamentares, proporcionando funcionalidade e instalações condignas ao exercício do mandato. Em ritmo acelerado, com o cronograma em dia, sua inauguração deverá ocorrer em fevereiro do próximo ano.

Temos consciência de que apenas iniciamos um processo de mudanças que já demonstra resultados positivos. Ainda há muito por fazer. E mesmo assim, logo que iniciada a tarefa já surgiram as vozes da crítica afoita e detratória. Compreendemos que isso ocorra. Sempre teremos reações a mudanças. Elas partem exatamente daqueles que não conseguem perceber suas necessidades. São os mesmos que também não percebem a marcha da história e por isso perdem o estribo, ficam perdidos no espaço político, e gostariam que tudo continuasse como era.

Em vez da discussão em bom nível sobre a reforma administrativa e suas conseqüências, de onde se esperariam contribuições positivas, tivemos, desde logo, vários pontos de rejeições ao plano que considero importante considerar e analisar. A primeira discutia a necessidade de uma consultoria externa e o caráter da empresa contratada. Logo a verdade aflorou e se sobrepôs aos boatos, às idéias falsas, aos julgamentos embasados em fixação malévola foram superados. A experiência destes quase dois anos foram suficientes para dissolver o restante de aleivosias sobre a questão levantada.

A segunda reação estabeleceu-se em torno do relógio-ponto. Um certo tipo de defesa dos interesses dos funcionários que

na verdade nem defendem o servidor, muito menos a própria Assembléia e seu desempenho.

A pecha do elitismo, que nunca conseguiu nos atingir, não tinha fundamento. E, na verdade, o relógio-ponto foi instituído principalmente para os funcionários que realizam tarefas especialmente por tempo, tarefas contínuas, pouco especializadas. É a troca justa, em nossas condições, de seu trabalho em determinado período pelo salário que recebe. E se ajuda a Casa a moralizar seu funcionamento, evitando os que recebem sem trabalhar em detrimento dos que trabalham também por eles para receber.

Do funcionário mais especializado instituímos, além deste, outras formas de controlar o resultado do trabalho e sua produtividade, levando em consideração o critério da qualidade.

A terceira reação se deu em torno de uma antiga questão. A reforma administrativa não conseguiria eliminar o que se convencionou chamar de "funcionários fantasmas". E mais. Ampliara em demasia seu quadro funcional. Várias inverdades numa só formulação. Hoje, posso dizer, a esta Assembléia Legislativa, todos trabalham, todos contribuem para com a reforma aqui implantada, todos contribuem para o engrandecimento deste Poder. A todos, sem exceção, mesmo àqueles que ganharam notoriedade em algumas denúncias, determinamos tarefas específicas, eles se saíram bem. E, descobrimos, com satisfação, que muitos produziam nada ou pouco de tudo aquilo que poderiam oferecer, e grandes talentos foram descobertos, foram desenterrados por exemplo, para a grande tarefa de dignificação e valorização do Legislativo.

Mas estas críticas, pela sua falácia, já caminham para o esquecimento. Como também a de que estávamos contratando em demasia. Na verdade, senhores, contratamos. Por concurso, novos funcionários de carreira. Incorporamos também ao quadro efetivo desta Assembléia, os funcionários que aqui prestavam serviços através de empresas de mão-de-obra. Uma questão de justiça social, levantada em minha bancada para com aqueles funcionários. Decidimos pagar diretamente, oferecendo segurança e salário justo, àqueles que eram explorados pelo intermediário. O que é suficiente para demonstrar qualquer insinuação de elitismo.

Nestes anos de arbítrio, sempre foi fácil e cômodo criticar o Legislativo, o Poder sem poderes. Difícil era criticar o Executivo, prepotente, instalado sob a égide do arbítrio. Creio que isso chegou a se transformar em hábito. Hábito antidemocrático, diga-se.

Mas também isto vai sendo superado. O

Legislativo se fortalece com as reconquistas democráticas e vai se preparando para ser exercido plenamente. Nós, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná estamos dando bom exemplo com esta reforma administrativa que é nossa contribuição à dignificação deste Poder. Tanto assim, que ainda há dias, reuniram-se, sob nosso teto, os diretores de quase todas as Assembléias do País, da Câmara Federal e do Senado, para discutir exatamente esta questão. E daqui levaram lições e experiência acumulada, que nós, por sorte da iniciativa pioneira, pudemos oferecer.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, antes da reforma, tinha uma estrutura funcional não só defasada pelo tempo e pelo arbítrio. Mas em descompasso com os Legislativos estaduais de nossos vizinhos, incluindo São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Hoje, podemos afirmar que superamos muito desse atraso e começamos a servir de modelo.

Com alegria, podemos dizer que preparamos esta instituição para que desempenhe seu papel à altura das tarefas democráticas que se avizinham. Tarefas que, certamente, todos desejamos. Pois são a própria razão de nossa luta."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço Senhor Presidente e para concluir, peço que considere o restante do meu discurso por lido e gostaria apenas de dizer que a Assembléia Legislativa do Paraná, antes da reforma tinha uma estrutura funcional e hoje, tem outra, mas em descompasso com o Legislativo.

É com alegria, Senhor Presidente, que podemos dizer que preparamos esta instituição para que o desempenho do seu papel à altura das tarefas democráticas se avizinham, tarefas que certamente todos desejamos pois são próprias da razão e da nossa luta e temos certeza que terá continuidade na próxima Mesa Executiva.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado. (Pausa)

Com a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Sem democracia não há esperança. Mesmo capenga, ela é superior a qualquer forma de autoritarismo, ainda que esteja este imbuído dos melhores propósitos. Ele pode prevalecer por um tempo, por um curto es-

paço tempo, quando existe a necessidade de se afastar algum perigo eminente que afeta os destinos de um povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como líder em exercício da bancada da Minoria, cabe-me dirigir algumas palavras à quisa de encerramento de mais este período ordinário de sessões da 10.^a Legislatura. O importante não é vencer mas participar. Acredito que todos ganhamos, dentro das possibilidades oferecidas pelas atuais circunstâncias. Cada um de nós, tenho certeza, contribuiu para o constante aprimoramento das instituições, para o aperfeiçoamento do jogo democrático.

E quem pode negar que houve evolução nesse sentido?

Esses dois anos da atual legislatura constituíram-se, sem dúvida, num período singular de nossa história política.

Após doze anos de governadores indicados e referendados pelo voto indireto das Assembléias, este Legislativo não terá a incumbência de proceder à homologação do próximo governador, como já não teve o Legislativo anterior. É um avanço.

Por certo o próximo Presidente será o último a ser eleito indiretamente pelo voto dos componentes do Colégio Eleitoral.

O País segue firme no processo de re-democratização.

O povo quer assim e assim seja, pois é princípio elementar que todo o poder emana do povo e em nome dele será exercido.

Nessa evolução, em muitos estados inverteram-se os papéis.

O que era situação passou a ser oposição e a oposição passou a ser governo, uma experiência a qual quase já não estávamos acostumados, a ponto de precisarmos reciclar, a reaprender a conviver com essa nova realidade, a vencer o hábito que se ia arraigando, de cada um dos agrupamentos acomodaram-se no seu papel, como se a eles estivessem manifestados.

Neste aspecto, creio, reside a grande conquista obtida pela Nação brasileira, com a readopção da prática salutar da alternância no poder, cuja grande criatividade resultante é o livre embate do jogo político.

Acredito que cada um de nós teve que reaprender o comportamento adequado às novas circunstâncias. Sobretudo cada um pode sentir na prática o que a ciência política tem enfatizado a respeito da configuração do Estado moderno.

Minoria e Maioria nesta Casa, ambos, acredito, puderam constatar que a equação política não se resume à situação e oposição; que não é somente a alternância do poder, salutar sem dúvida, o que caracteriza a democracia em sua essência, mas que esta está intimamente ligada ao exercício do governo pelos seus postulados máximos,

que pressupõe a interdependência dos poderes.

Em toda a sua intensidade sentimos aqui até que ponto ocorrerá a hipertrofia do Executivo e quanto aviltado, por consequência está o Poder Legislativo nos tempos atuais, sejam nas sociedades, seja naquelas que já atingiram estágios superiores de organização política e social.

Ao se encerrar mais este período ordinário de sessões, sempre é oportuno uma reflexão mais aprofundada sobre a essência do poder. Os interesses políticos partidários impõem que a minoria, quase sempre oposição, assuma uma postura crítica permanente ao governo, como se dele não fizesse parte, ao mesmo tempo em que induz a situação à maioria, a comportar-se como mero referendador das iniciativas e decisões governamentais.

Como oposição cabe-nos emudecer diante dos aspectos positivos que porventura existam na atuação administrativa do Estado; ser denunciadores intransigentes de todos os desvios de conduta que comprometem a boa administração. De outro lado, por força das circunstâncias, a situação só faz elogiar todas as iniciativas e decisões e calar sobre os desvios de conduta.

Neste aspecto é preciso avançarmos muito ainda, porque afinal este não é um órgão auxiliar do Executivo mas um Poder autônomo e independente, ou melhor, é isso que devia ser, sem subserviência.

E esta, lamentavelmente ainda existe.

Agora, na análise e votação do orçamento para o próximo ano, tivemos um exemplo bem patente desse atrelamento do Legislativo ao Executivo. Por força das conveniências políticas partidárias, o orçamento passou por aqui como uma peça pronta, acabada, perfeita na sua elaboração. Sequer uma vírgula foi mudada pelos autênticos e legítimos representantes do povo. Prevaleceu a vontade soberana do Executivo e, o que é pior, conhecemos uma involução, já que no ano anterior este Legislativo, numa demonstração de firmeza, aprovou emenda visando reduzir a capacidade de o Executivo alterar o orçamento por decreto, ao seu talante.

À vitória de ontem sucedeu-se a derrota de agora. Não recrimino os homens do PMDB com assento nesta Casa, pois eles estão também manietados diante dessa hipertrofia a que me referi e a que a todos sufoca.

Por último quero deixar registrado aqui que o PDS sempre balizou sua atuação dentro dos parâmetros de uma oposição leal, construtiva, vigilante, no afã de apontar os desvios e os excessos, no afã de fazer o governo refluir ao bom caminho.

Travamos aqui o bom debate, às vezes apaixonadamente, às vezes exaltadamente,

mas sempre empenhadamente no sentido do bem comum, em consonância com os superiores interesses da coletividade. Avançamos e recuamos, mas os avanços sempre foram maiores que os recuos, e isso se revela muito positivo na nossa busca pelo ideal democrático.

O aprimoramento das pessoas, das sociedades e das instituições se fez por este processo, de acomodações e de reordenamento, tendo como força propulsora as naturais controvérsias".

Cumprimentando-o, Senhor Presidente, Deputado Trajano Bastos, pela firmeza no desempenho dessa presidência.

Quero agradecer o apoio que recebemos de nossa equipe da Liderança do PDS, da Imprensa, dos Funcionários da Casa, enfim, a todos aqueles que contribuíram para o êxito dos trabalhos neste período.

(Lendo) - "Ainda aqui estaremos no último dia do período ordinário de sessões dessa legislatura. Ainda aqui estaremos para, no período de convocação extraordinária, apreciarmos algumas matérias, entre as quais a de reajuste do funcionalismo para o primeiro semestre do próximo ano.

Ainda uma vez será feita a exclusiva vontade do Executivo, mesmo que os índices de reajuste propostos não promovam a reposição salarial tão esperado pelo funcionalismo.

Cumprida mais essa etapa, aqui só voltaremos a nos reunir a 1.º de março do próximo ano. Será então um novo tempo. Acredito que teremos então um quadro totalmente diverso do atual. A organização partidária do País tende a sofrer profundas alterações.

Há uma imperiosa necessidade de se reagir para as forças políticas, jogadas agora num emaranhado de contradições e conveniências momentâneas que não configuram uma estruturação ideal para um País tão complexo como este.

Hoje as várias tendências, as múltiplas correntes do pensamento político-ideológico, se acomodam como podem, nesta Casa, em PMDB e PDS. Não acredito que tal situação perdure ainda por muito tempo, pois não é isso que o povo quer, não é esse o caminho para atingirmos a nossa maioria em idéia democrática.

Tenho certeza que, dentro das possibilidades, todos cumprimos da melhor forma nosso papel, como representantes do povo. Demos o melhor de nossos esforços para que pelo menos tentássemos avançar no sentido de uma vida melhor.

Como disse, este Poder não se exercitou ainda na sua plenitude, o que, em última análise, redundou em prejuízo do povo. Mas pelo menos mostramos como estamos, todos interessados, em evoluir no caminho da democracia, que não nem mais nem menos

verdadeira, apenas é.

Os passos que até agora demos vão nos permitir avançar cada vez mais, e esta é a grande tarefa para o próximo ano, tarefa na qual, estou seguro, todos nos empenharemos na próxima sessão legislativa. A sucessão presidencial já não estará monopolizando tanto nossa atenção, como aconteceu ao longo de todo esse ano.

Os verdadeiros problemas do País, de nosso Estado, do Povo, poderão contar com nossa total e exclusiva atenção".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Odeni Mongruel, por doze minutos.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No encerramento deste período regular da atual legislatura, e após um ano de embates políticos travados nas Casas de Leis e com a participação efetiva da sociedade civil de forma ampla, através da contribuição dos veículos de comunicação social, creio eu, vale, neste momento, algumas reflexões. (Lê):

"Conta a história que diante das ruínas de Lisboa, em meio à desolação e aos escombros causados pelo grande terremoto, pressurosos indagavam os portugueses ao Marques de Pombal:

- E agora, o que é que vamos fazer? - ao que retrucou o contraventido luso:

- Vamos enterrar os mortos e cuidar dos vivos.

Esse é um exemplo cabal do pragmatismo. É disso que precisamos: sermos práticos. E parafraseando o Marquês, é de se perguntar agora:

Diante do escombros moral em que se encontra esta Nação, o que iremos fazer?

Ora, vamos enterrar as nossas mágoas; vamos deixar sepultos os erros e as mazelas do passado e partir para uma nova vida. De nada adianta chorarmos sobre o defunto, se isso não traz conforto nem a ele nem a nós.

O que passou, passou; que nos sirva de lição. É para isso que serve o passado, não para nos deixar imobilizados na sua contemplação e lamentação.

É preciso sermos práticos. Será que com todo esse potencial humano e material, este País não tem esperança? Não tem futuro? Não tem possibilidades de reconstruir sobre os destroços do verdadeiro terremoto que se abateu sobre nós, nesse longo período traumático que gerou a transição do Brasil de ontem para o de amanhã?

Hoje já é novo dia. Sente-se isso no ar, nas vibrações de um povo que se vê renascer.

Retórica? Não! É a mais cristalina verdade, pois eis que repente o povo

sente que participa, que torce, que influi no encaminhamento do processo sucessório, que exercita seu soberano direito de decidir sobre seu futuro.

É isso que se vê, e nada mais salutar para um povo que a participação, a vontade de decidir por si mesmo. O que lhe importa é o daqui para frente, é o que será o amanhã.

O ontem já se perdeu nas brunas do tempo, já se esvaneceu na generosidade da alma brasileira. Como disse, o passado só nos serve de lição, não como ressentimentos arraigados e indissolúveis no tempo.

Eu vejo, Senhor Presidente, nobres colegas desta Assembléia, o alvorecer cristalino de um novo tempo. Não há porque duvidar disso. Os brasileiros estão irmanados num mesmo ideal. Não há ódios nem sentimentos de vindita. Os atos de excessão já se foram, deixaram a cena da vida brasileira. Há plena liberdade de opinião e de expressão, há clima propício ao debate amplo, exaustivo de todas as questões que afetam a nossa vida.

Claro que não vivemos no melhor dos mundos; claro que não vemos o mundo com a visão panglossiana (ingênua); claro que há dor e angústia na família brasileira, há fome, há desemprego, há tensões e sobresaltos. Mas sem dúvida há esperança.

E quem há de negar isso? Ninguém cometerá tamanha sandice (insensatez) pois quando esta faltar já não restará nada, e por ela é que lutamos, que continuamos persistindo, cada qual em sua trincheira de luta. A ninguém é dado o direito de cruzar os braços e assumir uma atitude contemplativa, alheio ao seu tempo, desinteressado de seu destino como povo, este povo que tanto tem construído.

Sim, não foi e não é o Governo o autor da obra. Não foi o Governo que estendeu o asfalto do Norte ao Sul, de Leste ao Oeste, deste Estado e deste País. Não foi e não é o Governo que construiu e constrói as hidrelétricas, estende as linhas de transmissão; que interliga as regiões e as pessoas através das telecomunicações; que melhora a qualidade de vida mediante o saneamento básico; que amplia o acesso ao ensino, aos serviços de saúde e à moradia, a parcelas cada vez maiores da população.

É o povo que tudo faz, com seu trabalho, com sua contribuição, com seu sacrifício. É o povo, que às vezes tem a infelicidade de ter maus administradores da coisa pública.

Amanhã é um novo dia, que se sucede a este, na admirável transposição do tempo. Lógico que não será por um passe de mágica que a partir de março nascerá um novo País.

O País que teremos então, será a herança acumulada de tudo o que já fez, de

bom ou de mau, de certo ou de errado. Não estamos diante de demiurgos que no brandir da varinha criam do nada, uma nova realidade.

Nessa herança incluem-se as hidrelétricas, não importa se estaduais ou federais ou ainda binacionais; as siderúrgicas, os complexos petrolíferos e petroquímicos, a rede viária e portuária.

Claro que inclui também as dívidas internas e externas, governamental ou privada. Nela está imbutida a tremenda dívida social, aos que ainda não têm acesso ao ensino, aos serviços de saúde, aos que não sobrevivem, aos que em estado de subnutrição, aos que não têm oportunidade de trabalho e de empreender, aos que querem plantar mas não possuem terras e nem condições de apoio.

Até aqui caminhou o povo brasileiro pelos seus pés mesmo tendo que enfrentar tantos obstáculos. Houve, é certo, um momento no qual se temeu pelo seu desinteresse, pelo descrédito a que foi levada a administração pública. Felizmente, isso está passando. Para nós, políticos, essa é uma ocasião importante, por representar o reencontro do estado com a Nação, do Povo com o Governo, e de nenhuma forma poderemos desperdiçá-la.

Eu tenho fé. Não por ser Deputado. Não por ser um dos privilegiados desta Nação. Não. Tenho fé porque antevejo um amanhã melhor que hoje, porque sinto, vejo que o povo quer continuar trabalhando em paz, quer continuar construindo a sua vida e a sua Pátria, quer fugir da violência, aspirar a uma vida melhor e confia nessa possibilidade.

Se tudo o que se fez foi de mal, todo o mal já está feito.

Resta-nos agora trilhar tão somente o bom caminho e aproveitar o que de bom houve em todo esse longo tempo de transição.

Vamos cuidar da vida, pois essa é uma promissora esperança".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 331, 312, 334 e 281, todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta data. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 174/84, (Mensagem n.º 180/84), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a COMEC e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras nos Municípios signatários. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, acima aprovado:

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei Complementar n.º 331/84, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que dá nova redação acrescentando a expressão "E ADICIONAIS" no corpo do Artigo 6.º da Lei Complementar n.º 21, de 26.10.84, conforme especifica. Com **PARECER FAVORÁVEL** e **EMENDA** da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

2.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 312/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 233/84), que altera o orçamento da Secretaria dos Transportes, cujos recursos adicionais terão como objetivo dar suporte ao Programa de Ação Municipal - PRAM, e ao Programa Rodoviário BID 11, conforme especifica. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 334/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 238/84), que altera os orçamentos próprios das Fundações Universidade Estadual de Maringá e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacareizinho, nos valores de CR\$ 976.900.000 (novecentos e setenta e seis milhões, novecentos mil cruzeiros) e CR\$ 36.000.000 (trinta e seis milhões de cruzeiros), respectivamente. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n.º 281/84, de autoria do Deputado ACIR MEZZA-

DRI, que institui a data de 27 de outubro como o "DIA DO APOSENTADO DO PARANÁ". Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Gilberto Carvalho, na qualidade de Vice-Líderes do PMDB e PDS respectivamente, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei Complementar n.º 331/84 e o Projeto de Lei n.º 281/84, aprovados em 3.ª Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações, bem como o Projeto de Lei n.º 334/84. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 308/84, que concede os Títulos de Cidadania Honorária do Paraná à Senhora ETY G.FORTE e ao Arquiteto LUIZ FORTE NETTO. **Aprovado.**

O SR.GILBERTO CARVALHO - (**Pela ordem**)- Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR.PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(**É procedida a verificação de votação**).

13 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Com base no Artigo n.º 117 do Regimento Interno, solicito ao Senhor 1.º Secretário que proceda a leitura da Sinopse dos Trabalhos da Assembléia Legislativa, no período compreendido entre 1.º de março, até esta data.

O SR.1.º SECRETÁRIO - (**Lê a Sinopse**):

**"DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE ARQUIVO E MOVIMENTAÇÃO
SERVIÇO ESTATÍSTICO**

SINOPSE DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO ORDINÁRIO, COMPREENDIDO ENTRE 1.º DE MARÇO A 05 DE DEZEMBRO DE 1984.

Sessão de Instalação	001
Sessões Ordinárias	123
Sessões Extraordinárias.....	027
Sessões Solenes	006
Projetos de Lei apresentados.....	274
Projetos de Lei aprovados.....	244
Projetos de Lei Sancionados pelo Senhor Governador	215
Projetos de Lei rejeitados pelo Plenário.....	011

Projetos de Lei vetados.....	022
Projetos de Resolução apresentados....	017
Projetos de Resolução aprovados.....	187
Projeto de Resolução rejeitado pelo	
Plenário.....	001
Requerimentos dos Senhores Deputados.	2.396
Votos de Louvor, Regozijo e Con-	
gratulações.....	277
Votos de Pesar.....	276
Mensagens do Senhor Governador.....	245
Ofícios do Senhor Governador.....	215
Ofícios das Câmaras Municipais.....	005
Ofícios das Prefeituras.....	002
Ofícios Diversos.....	011
Indicações.....	023
Telegramas	002
Emendas.....	007
Portarias baixadas pelo Senhor	
Diretor Geral.....	581
Decretos Legislativos	209
Resoluções promulgadas pelo Senhor	
Presidente.....	170

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Solicito
ao Senhor 2.º Secretário que proceda a

leitura das atas da presente sessão, que
deverão ser lidas e apreciadas na presente
sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - (**Procede à leitura
das atas da presente sessão**).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Estão em
discussão as atas que acabam de ser
lidas. **Aprovadas.**

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente sessão, convocando os
Senhores Deputados a se reunirem no próxi-
mo dia 06, amanhã, quinta-feira, à hora
regimental, para instalação do Período Ex-
traordinário de Sessões, convocado pelo
Senhor Governador do Estado, através da
Mensagem Governamental n.º 275/84, de 03
de dezembro para funcionamento entre os
dias 06 e 31 do corrente mês, a serem
apreciadas as matérias objetos de sua con-
vocação.

Levanta-se a sessão.